



AUTARQUIAS *2021*

CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PROGRAMA ELEITORAL
DA CDU AO MUNICÍPIO
DE

Sintra

MANDATO AUTÁRQUICO
2021-2025

PCP-PEV



cduconcelhosintra@gmail.com

 **CDU**sintra

A 26 DE SETEMBRO VOTA **CDU** COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA **PCP-PEV**



C1	SINTRA, UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPADA	3
1.1	UM MUNICÍPIO ABERTO ÀS POPULAÇÕES	3
1.2	SERVIÇOS MUNICIPAIS COM MEIOS	4
1.2.1	FINANÇAS LOCAIS	4
1.2.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
1.2.3	CONDIÇÕES DE TRABALHO	6
1.2.4	ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA	7
1.3	SMAS E EMES	8
1.3.1	SMAS	8
1.3.2	EMES	8
1.3.3	PSML E CULTURSINTRA	9
1.4	FREGUESIAS COM COMPETÊNCIAS E MEIOS	9
2	SERVIÇOS PÚBLICOS, QUALIDADE DE VIDA	11
2.1	SAÚDE, ASSEGURAR UM DIREITO CONSTITUCIONAL	11
2.2	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E PARA TODOS	12
2.3	SOLIDARIEDADE PARA RESPONDER À CRISE SOCIAL	13
2.4	CULTURA, APOIAR A CRIAÇÃO E GARANTIR O ACESSO	15
2.5	SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL, GARANTIR A RESPOSTA NECESSÁRIA	16
2.5.1	SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES	16
2.5.2	PROTECÇÃO CIVIL	17
2.6	DESPORTO, ALARGAR O ACESSO E FOMENTAR A COMPETIÇÃO	18
2.7	JUVENTUDE, A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA	19
2.8	ENVELHECER COM DIGNIDADE E ASSISTÊNCIA	21
2.9	IMIGRANTES, UMA FORÇA VIVA DO CONCELHO	22
2.10	DIVERSIDADE SOCIAL, RESPEITAR A DIFERENÇA, FOMENTAR A INCLUSÃO	23
2.11	O BEM-ESTAR ANIMAL, IMPERATIVO ÉTICO E SANITÁRIO	24
3	SINTRA, UM TERRITÓRIO QUALIFICADO	26
3.1	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, O QUE FALTA FAZER	26
3.2	CIDADES, A NECESSÁRIA QUALIFICAÇÃO	26
3.3	SINTRA, REGANHAR A REQUALIFICAÇÃO E GARANTIR A SUSTENTABILIDADE	27
3.4	ZONAS TURÍSTICAS E ESPAÇO RURAL, GANHAR NOVA E QUALIFICADA DIMENSÃO	27
3.5	PATRIMÓNIO E PAISAGEM NATURAL, CUIDAR DO ESSENCIAL	28
3.6	PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO ABERTOS À PARTICIPAÇÃO	28
3.7	AMBIENTE, AS ÁREAS CHAVE	29
3.7.1	ÁGUA E SANEAMENTO	30
3.7.2	RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANA	30
3.8	HABITAÇÃO, DIREITO CONSTITUCIONAL A GARANTIR	31
3.9	MOBILIDADE E TRANSPORTES, DIREITOS A GARANTIR	32
4	SINTRA COM DESENVOLVIMENTO E EMPREGO	34
4.1	ACTIVIDADES ECONÓMICAS, APOIAR E PROMOVER A SUA FIXAÇÃO	34
4.2	EMPRESAS, CONTRIBUIR PARA A SUA CONSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO	35
4.3	DIVULGAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA	35
4.4	AS ACTIVIDADES AGRÍCOLAS, APOIAR E PROMOVER	35
4.5	TURISMO, CRESCER RESPEITANDO OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LOCAL	36



1 SINTRA, UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPADA

1.1 Um município aberto às populações

Um dos traços distintivos da CDU é a promoção de uma gestão participada capaz de envolver as populações na concepção e na execução das actividades municipais. Se ambicionamos uma democracia participada nas autarquias locais, então temos de providenciar as condições necessárias a uma gestão democrática e desenvolver uma cultura de diálogo com os cidadãos. Os serviços têm de ser acessíveis e os eleitos devem ser verdadeiros provedores dos municípios.

Em Sintra, a participação popular tem sido manietada, fruto da opacidade na tomada de decisões estratégicas, como foi exemplo ao longo dos anos pela tentativa de colocação do estacionamento pago nas freguesias urbanas ou recentemente pelas promessas de construção de um hospital que não serve as necessidades da população de Sintra. Apenas a ampla mobilização popular dinamizada pela CDU conseguiu desmascarar estes dois casos.

As restantes forças políticas, por outro lado, concebem o debate público como forma de propaganda ou promoção dos seus autarcas. A CDU opõe-se ao aparato dos “orçamentos participativos” e aos seus pesados mecanismos organizacionais. A CDU pratica uma gestão participada aos mais diversos níveis, sem com isto secundarizar ou eximir os órgãos democraticamente eleitos das suas responsabilidades políticas.

Para além disso, a democracia participada concebida pela CDU não ignora nem oculta

as barreiras sociais existentes. A defesa dos direitos e interesses públicos exige a voz dos que habitam e trabalham no município e das estruturas associativas. Não podemos ter autarcas que agem como correia de transmissão dos interesses particulares das classes sociais mais ricas e poderosas.

- Implementar uma cultura de diálogo com a população, que conduza ao seu envolvimento nos processos de decisão, adequando os serviços municipais a tal objectivo.
- Cuidar da informação aos cidadãos, explicando as diferentes formas de participação. Tanto em forma digital como em papel, é imprescindível um boletim municipal regular que informe sobre o funcionamento dos órgãos autárquicos.
- Criar e manter pontos de contacto com os munícipes, as associações do concelho e os trabalhadores do município para escutar os seus anseios e contributos, consensualizar soluções e acompanhar a sua execução.
- Promover o debate prévio à elaboração dos planos de actividades e orçamentos da câmara municipal, com uma calendarização susceptível de garantir a efectiva participação directa da população e a consideração das suas opiniões, bem como do conjunto dos eleitos, dos trabalhadores da autarquia e das estruturas associativas do município.
- Prestar contas do trabalho realizado, com transparência e sem receio da crítica. É indispensável escutar os trabalhadores da autarquia, sem intimidações, para melhorar a qualidade de execução municipal.

- Aumentar a participação nas reuniões públicas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, nomeadamente através da realização de reuniões descentralizadas e amplamente divulgadas. As reuniões destes órgãos não podem ficar restringidas aos palácios do município nem ignorar os horários de trabalho das populações.
- Criar um gabinete para apoio ao movimento associativo e popular.
- Transformar o Mercado da Tapada numa loja do cidadão.
- Dinamizar uma conferência municipal anual, tendo em vista uma alargada discussão de temas relevantes para a vida no concelho de Sintra.

Finalmente, a transparência e democraticidade exigida aos órgãos municipais deve também verificar-se a um nível regional. Sintra, pela sua dimensão, tem de ser uma voz forte na região, nomeadamente em relação ao Poder Central, e para tal é indispensável a participação popular.

- Exigir a criação de uma autarquia metropolitana, democraticamente eleita e dotada de meios e competências regionais, no quadro da regionalização constitucionalmente preceituada.
- Contribuir, de forma participada, para a elaboração e execução de planos de âmbito regional e pugnar pelo cumprimento do que é responsabilidade da administração central.

1.2 Serviços municipais com meios

O cumprimento do primado do serviço público só é garantido com:

- serviços municipais dotados dos meios suficientes e necessários para a assumpção das competências próprias da autarquia;
- uma gestão sustentada em trabalhadores qualificados com condições de trabalho dignas, numa administração democrática;
- uma estrutura organizacional desburocratizada e adaptada à heterogeneidade do município e assente numa situação financeiramente equilibrada.

1.2.1 Finanças locais

A política de direita consubstanciada no ataque ao Poder Local Democrático tem causado o estrangulamento financeiro das autarquias, reduzindo as verbas transferidas e condicionando a capacidade de resposta das autarquias, no que diz respeito às suas competências próprias. A Câmara Municipal de Sintra conta com um orçamento anual que ronda os 250 milhões de euros, cuja capacidade para responder aos problemas do município depende de uma gestão pública eficiente. Acresce ainda que este orçamento é claramente inferior ao de municípios limítrofes que têm sensivelmente metade da população de Sintra.

- Exigir do Governo o respeito das suas obrigações ao nível do cumprimento da Lei de Finanças Locais.
- Efectuar um levantamento completo e preciso do património imóvel municipal, bem como do seu estado de conservação e respectivo uso funcional. Rentabilizar o património imóvel municipal, libertando um conjunto de espaços arrendados.
- Promover diminuição das despesas de

funcionamento através da rentabilização dos serviços e dos seus espaços.

1.2.2 Estrutura organizacional

O cumprimento das competências do município de Sintra exige que a organização e o funcionamento dos serviços da autarquia sejam orientados pela participação, proximidade, rigor e transparência, não descurando a inovação e a melhoria contínua. A CDU valoriza os serviços públicos e compromete-se a dotá-los dos meios e trabalhadores indispensáveis à sua missão.

- Privilegiar o recurso aos serviços do município em detrimento de contratações exteriores, dotando os serviços de capacidade e apostando nos técnicos da CMS. Ao inverter-se a política de esvaziamento de serviços e a externalização/privatização das respectivas valências, estamos a combater o desperdício de dinheiros públicos.
- Reestruturar os serviços da câmara balanceando a maior eficiência que advenha da sua concentração com a indispensável proximidade dos serviços à população, dada a dimensão do concelho.
- Manter a certificação pela Qualidade e efectivar o processo de criação do Sistema de Gestão Integrado Qualidade, Ambiente e Conciliação, tendo em vista a certificação dos serviços camarários, no cumprimento das directivas europeias.
- Preparar os serviços do município para a instituição de um acesso electrónico local, alargando a infra-estrutura digital

e as competências dos serviços.

- Potenciar a desmaterialização de processos através das tecnologias de informação e comunicação. Acautelar a formação dos trabalhadores e a gestão participada das mudanças de plataformas.
- Providenciar um maior número de serviços online, com capacidade de resolver remotamente as solicitações dos cidadãos. Todavia, não se pode descartar a presença física dos serviços municipais, sob risco de fomentar a info-exclusão.
- Desenvolvimento do Sistema de Informação Georreferenciada - Sintra Resolve para a gestão dos serviços e para utilização pelo público.
- Aumentar o número de espaços de atendimento aos municípios e reforçar a dotação dos existentes.

1.2.3 Condições de trabalho

Pela mão de governos PS e PSD/CDS, ao longo dos anos, foram adoptadas alterações legislativas que penalizaram os trabalhadores da administração pública, incluindo os trabalhadores das autarquias locais. Os direitos destes trabalhadores foram lesados no que diz respeito à alteração do vínculo público, à progressão nas carreiras, ao horário de trabalho, às horas de trabalho extraordinário, às remunerações, à retenção na fonte em sede de IRS, à avaliação (sistema de quotas imposto pelo SIADAP). Estes aspectos repercutem-se negativamente na qualidade do serviço público prestado à população.

Só recentemente, por proposta do PCP e do PEV, muitas destas medidas foram parcialmente corrigidas, mormente na

reposição das 35h de trabalho ou na atribuição de subsídio de penosidade e insalubridade. Só não foi possível ir mais longe por causa dos compromissos de direita do PS.

No nosso município o caminho a traçar passa pela valorização dos trabalhadores, com o seu justo reconhecimento e responsabilização, no contexto da actividade do Poder Local.

- Gestão participada pelos trabalhadores da autarquia, envolvendo-os na definição das políticas municipais.
- Promover a auscultação dos trabalhadores e respectivas organizações representativas para a definição de políticas municipais em matérias que lhes digam respeito.
- Assegurar que todos os postos de trabalho existentes sejam contemplados no mapa de pessoal, garantindo a estabilidade dos trabalhadores já integrados.
- Promover a abertura de procedimentos concursais que respondam às necessidades das populações e que permitam criar oportunidades e dar resposta às expectativas dos trabalhadores da autarquia em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e por tempo indeterminado, para que se consolide a adequada estabilidade profissional.
- Promover a formação contínua, de modo a potenciar o desenvolvimento de competências.
- Assegurar as condições de higiene, segurança e saúde no trabalho. A construção das instalações em falta e a reabilitação das instalações degradadas

e a melhoria dos meios de trabalho serão a garantia de condições dignas de trabalho.

- Valorizar a relação do município com as estruturas sociais dos trabalhadores da autarquia.
- Concentrar os serviços administrativos camarários num complexo a construir na Portela de Sintra junto ao actual edifício do Urbanismo.
- Incentivo à progressão das suas carreiras pelo recurso à opção gestionária.
- Aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, reconhecendo a todos o mais alto nível que a lei permite e continuar a luta pelo seu alargamento a mais profissões.
- A criação de programas de acolhimento a novos trabalhadores e de preparação para a aposentação.
- Salvaguardar os direitos e os meios quando em teletrabalho e combater a sua proliferação.

1.2.4 Administração democrática

A cultura de diálogo com a população pretendida para os órgãos autárquicos também se deve repercutir nos serviços municipais, muitas vezes o primeiro ponto de contacto com a estrutura camarária. Assim, a CDU defende para a autarquia de Sintra uma administração democrática assente em serviços públicos, disponíveis para acolher os cidadãos e os contributos dos trabalhadores municipais.

- Cumprir o primado do serviço público, condição necessária para defender o interesse colectivo.
- Aproximar os serviços da população,

considerando a dimensão do concelho, tanto em extensão como em demografia. Para este intuito contribuirá a maximização das capacidades dos serviços camarários, com a melhoria da sua eficiência, aproveitamento dos seus espaços e adequação do quadro de trabalhadores.

- Alargar os horários de funcionamento dos serviços de atendimento aos municípios, sem prejuízo dos trabalhadores da autarquia.
- Agilizar procedimentos tendo em vista a célere resposta aos municípios, incluindo os procedimentos relacionados com os licenciamentos.
- Fomentar e valorizar a participação e o envolvimento dos trabalhadores na vida da autarquia e na sua reestruturação, como uma forma de gestão integrada e participada.

1.3 SMAS e EMES

Os SMAS de Sintra e a EMES são dois importantes serviços públicos do município de Sintra. Repudiamos qualquer possibilidade de privatização destas duas empresas e é de toda a pertinência:

- Lutar contra tentativas de afastamento da esfera pública dos serviços municipalizados e a empresa municipal e dos serviços que prestam.
- Aumentar o escrutínio e transparência das empresas municipais, alinhando-as com a estratégia emanada dos órgãos municipais democraticamente eleitos.
- Defender os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores deste sector, dando combate à precariedade laboral.
- Garantir o equilíbrio financeiro do sector empresarial local.

1.3.1 SMAS

Os Serviços Municipais de Águas de Sintra (SMAS) prestam ao concelho um reconhecido serviço de abastecimento de água, esgotos e de recolha de resíduos. Foi a política de investimentos dos SMAS, desencadeada pelos eleitos da CDU, que permitiu a extensão e modernização das redes e, com isso, alargou a cobertura do concelho de Sintra e a qualidade de serviço. A sustentabilidade financeira alcançada possibilitou a melhoria das condições de trabalho, o alargamento do polo oficial da Portela e a integração da recolha de resíduos nos SMAS, defendendo o carácter público deste serviço essencial e do emprego associado.

- Dar continuidade ao plano de investimentos dos SMAS nas redes de águas e esgotos, de forma a assegurar a cobertura do concelho com qualidade de serviço.
- Internalizar os serviços de recolha de resíduos ainda concessionados a privados, assegurando menor despesa e estabilidade aos trabalhadores com a abertura dos concursos necessários.
- Investir na rede de contentorização de resíduos sólidos urbanos, homogeneizando as tipologias e alargando a mais zonas a contentorização enterrada e semi-enterrada.
- Investir no serviço público municipal de Varrição e Higiene urbana, com os meios e recursos necessários, valorizando e motivando as/os profissionais. Deve ser descartada a privatização deste serviço.
- Aumentar o investimento na área dos Resíduos Sólidos Urbanos, de forma a

responder à maior pressão a que esta agora está sujeita.

1.3.2 EMES

A Empresa Municipal do Estacionamento em Sintra (EMES) é responsável pelo cumprimento da regulamentação do estacionamento automóvel no município, em particular nas zonas pagas ou em silos sob a alçada da CMS. Também neste mandato, foi a luta da CDU e das populações que derrotou a proliferação de parquímetros pela linha de Sintra, uma ambição tanto do PS como do PSD/CDS e que se esfuma em período eleitoral. Trata-se de mais uma taxa sobre os contribuintes, sem visão estratégica porque desligada de uma política justa de mobilidade para o município.

Para além do alinhamento da gestão desta empresa municipal com as políticas do município, há ainda que garantir melhores condições para os seus trabalhadores. A CDU defende a criação de um Acordo de Empresa digno e que abranja todos os trabalhadores da EMES.

- Garantir o alinhamento da gestão EMES com a estratégia de mobilidade do município.
- Proporcionar um Acordo de Empresa digno a todos os trabalhadores da EMES.

1.3.3 PSML e CulturSintra

A gestão pela Parques de Sintra - Monte da Lua (PSML) de património histórico e natural de Sintra é estruturante, dada a tão discutida relevância que o turismo recentemente adquiriu. De igual forma, a Quinta da Regaleira e as actividades culturais desenvolvidas pela Fundação CulturSintra são importantes neste domínio. Nestes dois

casos é necessário garantir o seu alinhamento com as políticas municipais para o território e para a cultura.

Aspecto preocupante na PSML é a sua aposta no trabalho precário e a sua gestão alinhada com o Governo que descapitalizou a empresa no início de 2020. Há que combater a sobre-exploração e ao trabalho permanente atribuir contratos efectivos.

Assim, propomos:

- Alinhar a gestão da PSML e da Fundação CulturSintra com a estratégia municipal, garantindo o seu escrutínio democrático.
- Proporcionar contratos de trabalho efectivos aos trabalhadores com vínculo precário na PSML e na Fundação CulturSintra.

1.4 Freguesias com competências e meios

Sendo as freguesias o órgão eleito mais próximo das populações, a CDU propõe uma nova relação delas com o município. Uma relação investida de confiança, com respeito pela autonomia e a capacidade de execução das freguesias e dos seus eleitos, e caracterizada pela transparência nas decisões, que devem ser negociadas abertamente e cumpridas por ambas as partes. E, é claro, uma relação assente na participação quer pela cooperação entre eleitos e serviços do município e das freguesias, quer pela aproximação de habitantes e eleitos.

Ao longo dos anos, a política de direita asfixiou as freguesias no que toca a transferências financeiras, autonomia de gestão e capacidade de contratação, tendo o anterior governo do PSD/CDS imposto

mais responsabilidades sem, contudo, assegurar os meios devidos. O actual governo PS não rompeu com esta estratégia de atribuir às freguesias competências para lá das suas actuais possibilidades de execução e que, por isso, as lançam imediatamente na mão de privados. Tal prática instalou-se em Sintra, no último mandato, em particular nas competências municipais delegadas nas freguesias. Respeitando o primado do serviço público, a CDU defende assim uma justa descentralização de serviços e competências para as freguesias de Sintra, assente em protocolos válidos para todas elas e que lhes garantam os meios de as assumir.

Por último, lembramos que o Poder Local Democrático foi alvo a abater nos anos da troika e que, também aqui, o actual governo PS está longe de o defender. A reposição das freguesias extintas em 2013 é uma medida elementar para fortalecer a democracia participada. A CDU, respeitando a opinião popular, consignada em moções aprovadas em Assembleias de Freguesia, não baixará os braços nesta luta, mesmo contra a indiferença da actual presidência da CMS ou do PSD, que têm impedido a reposição das freguesias.

- Exigir a reposição das Freguesias, extintas à revelia da opinião da população.
- Descentralizar serviços e competências para as Freguesias com base em protocolos de carácter universal onde seja salvaguardada a utilização e gestão pública dos serviços.
- **P r o m o v e r p e r m a n ê n c i a s**

descentralizadas do executivo camarário nas freguesias, durante pelo menos 1 semana por ano, para contacto com as populações, os trabalhadores e os eleitos locais.

- Realizar reuniões públicas bi-anuais do executivo camarário com o órgão executivo de cada freguesia do concelho.
- Prestar maior auxílio técnico aos serviços das freguesias. Criar um gabinete municipal de descentralização das competências, para acompanhar e melhorar este processo.

2 SERVIÇOS PÚBLICOS, QUALIDADE DE VIDA

2.1 Saúde, assegurar um direito constitucional

A nossa intervenção nesta área mantém o seu carácter de exigência da prestação de cuidados de saúde de qualidade. Reivindicamos da Administração Central uma rede de infraestruturas de saúde no concelho de Sintra, dotada dos recursos materiais e humanos adequados, e que dê prioridade aos Cuidados de Saúde Primários e à prevenção da doença.

O PS, respaldado pelas outras forças políticas activas no concelho, desiludiu os munícipes com sucessivas promessas de construção de um novo hospital público no concelho. A Administração Central rasgou os acordos assinados e, sucessivamente, empurrou a factura para a CMS, aceitando o PS deparar o município de mais de 50 M€, a desviar das suas áreas de actuação. Em troca prometem um mini-hospital, sem capacidade para a população existente e sem as especialidades necessárias (por exemplo, pediatria). Os prestadores de

saúde privados continuarão a aproveitar a falta de serviços públicos de saúde em Sintra.

A pandemia demonstrou que é com o SNS que podemos contar e, por isso, urge defendê-lo. Com a CDU, o município assumirá um papel activo de porta-voz da população junto das outras esferas do poder público, no sentido de responder à dramática situação dos cuidados de saúde em Sintra.

A CDU compromete-se a lutar por:

- A construção de um hospital público no concelho de Sintra, com mais de 300 camas e dotado de todas as valências necessárias à assistência à população.
- A aplicação dos princípios da proximidade e racionalidade, exigindo a manutenção dos actuais equipamentos de saúde e o seu reforço, com a construção dos Centros de Saúde em falta no Concelho, nomeadamente nas seguintes localidades: Belas, Fitares, Tapada das Mercês, Abrunheira.
- A admissão de mais médicos, enfermeiros, inclusive enfermeiros de família, e outros profissionais nas unidades de saúde para a integral supressão do número de utentes sem médico de família, condição indispensável ao aumento da eficiência dos cuidados primários de saúde.
- A garantia de acesso aos cuidados de saúde dos utentes com mobilidade reduzida.
- A criação de um serviço público de cuidados continuados e de cuidados paliativos.
- Alargamento dos serviços públicos de

saúde a áreas e especialidades esquecidas (saúde mental, saúde oral, nutrição e dietética...).

A CDU compromete-se ainda a:

- Criar o Programa Municipal Sintra Concelho Saudável, dirigido a toda a população, e que visa a promoção de estilos de vida saudáveis e da prevenção de doenças, em parceria com as unidades de saúde do concelho, as escolas e o movimento associativo.
- Diagnosticar e desenvolver políticas dirigidas às toxicodependências emergentes.

2.2 Educação com qualidade e para todos

Todas as acções da competência municipal devem ser orientadas para a defesa da Escola Pública, a única forma de garantir o acesso a uma educação de qualidade a toda a população. Este compromisso é o alicerce fundamental das políticas educativas locais que desenvolveremos, em conjunto com os agentes educativos.

Sublinhamos a ausência Ensino Superior no concelho de Sintra, que o PS se gaba de colmatar com uma autorização especial do Ministério dada a um grupo privado de ensino. Dúvidas houvesse, o valor das propinas do curso ministrado não está ao alcance de qualquer bolsa, dando a entender que não é para os sintrenses. A CDU bate-se pelo Ensino Superior Público, de qualidade e com acesso democrático, de âmbito alargado e assente numa visão de longo prazo.

- Acompanhar a implementação do Projecto Educativo Local de Sintra, corrigindo os seus desvios e lacunas,

nomeadamente na qualidade do ensino e dos equipamentos e infra-estruturas. Projectar ainda a revisão deste instrumento estratégico com adaptação da Carta Educativa de Sintra à realidade do território.

- Reivindicar as creches e jardins de infância em falta, assim como a reabilitação urgente do parque escolar de gestão municipal.
- Assegurar o funcionamento do Conselho Local de Educação de forma a potenciá-lo como um fórum de promoção e valorização da educação e da igualdade social.
- Reivindicar junto da administração central a distribuição gratuita de manuais escolares novos a toda a população que frequente a escolaridade obrigatória, na senda dos avanços conquistados pela acção e proposta da CDU.
- Melhorar as condições das escolas da zona rural com a criação de novas valências como sejam os refeitórios e os ATL de forma a permitir fixar estes alunos na sua área de residência.
- Melhorar a qualidade do serviço de refeitórios, em todas as escolas do 1.º Ciclo do Concelho, invertendo a tendência de degradação sentida nos últimos anos.
- Apoiar as associações de pais no desenvolvimento das suas actividades.
- Reforçar e aprofundar a dinamização da rede municipal de Ludotecas/Centros Lúdicos.
- Apoiar a criação de uma Universidade Popular que permita a ocupação dos tempos livres, mas que se afirme

simultaneamente como um pólo de saber criando condições para o desenvolvimento integral dos cidadãos.

- Disponibilizar transporte escolar capaz de apoiar visitas ocasionais, assim como as actividades desportivas e culturais fora do espaço escolar. Os elevados custos de contratação de empresas privadas para transporte de crianças e jovens, limita o número de visitas de estudo e a participação em actividades diversas, porque estas acabam por pesar sobre as famílias.
- Apoiar projectos de educação para a cidadania nas escolas, quer na vertente social, quer ambiental.
-

2.3 Solidariedade para responder à crise social

Registaram-se em ano recentes avanços nacionais graças à intervenção das forças políticas que compõem a CDU, como foi o caso do aumento do salário mínimo nacional. Porém, a desvalorização do trabalho face ao custo de vida, a precariedade laboral e a falta de desenvolvimento económico alimentam situações de pobreza e de exclusão social no concelho de Sintra. A pandemia agravou este quadro, pondo em evidência debilidades da protecção social.

O facto do Poder Central não assumir as suas funções sociais, nomeadamente a criação e gestão de uma Rede Pública de Equipamentos e Serviços Sociais, obriga a CMS a exercer uma voz activa e exigir do Estado a protecção e a acção social que efetivem a igualdade de direitos e de oportunidades.

No quadro das suas atribuições, a CMS pode complementar com uma resposta solidária aos problemas sociais, em parceria com as entidades públicas e as instituições de solidariedade social do concelho. É imprescindível que o município reivindique e reforce os recursos materiais, humanos e financeiros com a incumbência de realizar tal trabalho.

Os planos e os programas específicos de combate à pobreza e à exclusão social devem rejeitar uma lógica de gestão da miséria e de mero provimento de necessidades. Isto significa que o desenho e implementação dessas ações exigem a participação dos próprios destinatários, criando uma dinâmica genuinamente solidária. A reprodução da pobreza só pode ser travada incrementando as políticas potenciadoras do desenvolvimento, do emprego e de uma justa repartição da riqueza.

- Actualizar e aprofundar o Diagnóstico Social do concelho de Sintra, de forma extensiva e compreensiva, recorrendo aos funcionários da autarquia, aos parceiros sociais e a instituições do Ensino Superior.
- Revisão do Plano de Desenvolvimento Social de Sintra, assente no Diagnóstico Social a conceber de forma participada com as instituições locais, a administração central e os destinatários do plano. Estabelecer programas de acção capazes de mitigar e, também, de prevenir problemas sociais.
- Dinamizar a Rede Social em Sintra tendo em vista formar uma consciência colectiva dos problemas sociais que

afectam o concelho e incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local.

- Reactivar e intervir activamente na Plataforma Supraconcelhia da Grande Lisboa, de maneira a harmonizar e coordenar a resposta social de Sintra com a dos municípios envolventes.
- Promover o Conselho Local de Acção Social como fórum de combate à pobreza e à exclusão social dos mais desfavorecidos. Ligar estreitamente a sua actividade às das Comissões Sociais de Freguesia.
- Apoiar o trabalho das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, reforçando as suas condições de trabalho e sensibilizando as populações para as suas acções.
- Auxiliar as instituições de solidariedade social na sua actividade e na melhoria dos seus equipamentos, beneficiando consequentemente a população do concelho de Sintra.
- Acompanhar as instituições de solidariedade social, no sentido de auxiliar candidaturas a projectos nacionais ou comunitários de apoio social.
- Lutar pelo alargamento da oferta existente de equipamentos de apoio à infância (berçários, creches, ATL, centro de acolhimento), quer na rede pública, quer em colaboração com as instituições locais.
- Através da celebração de protocolos com entidades que possam disponibilizar este tipo de assistência, criar condições para que os idosos possam manter-se em ambiente familiar, sendo simultaneamente assistidos e vigiados.
- Promover acções de integração dirigidas

aos cidadãos portadores de deficiência no concelho de Sintra.

- Apoiar a reinserção social, nomeadamente de reclusos e toxicod dependentes, com protocolos entre a Câmara Municipal de Sintra e os ministérios da tutela. Alargar a iniciativa às empresas do concelho, promovendo a inserção na vida activa.
- Dirigir apoios às pessoas em situação de Sem-Abrigo, enquadrando em plano municipal a elaborar e que reflecta a situação do concelho de Sintra.

2.4 Cultura, apoiar a criação e garantir o acesso

A construção e a participação cultural são factores indissociáveis de transformação e progresso. As associações, os agentes culturais, os espaços existentes, as bibliotecas, as dinâmicas próprias das diferentes comunidades, o saber e a vivência colectiva são elementos que importa valorizar e aos quais é necessário atribuir o reconhecimento e mérito que o município de Sintra lhes deve.

A CMS, para além de acompanhar, valorizar e apoiar a acção destes agentes, tem de ter um programa integrado para a Cultura, que tenha estes intervenientes em conta. A CMS não pode também descurar os seus próprios equipamentos, o reforço da sua rede, a interligação com outras estruturas do Estado e acautelar a cobertura e integração de todo o território do município.

- Garantir uma maior abertura do Centro Cultural Olga Cadaval aos agentes culturais de Sintra, tornando-o mais acessível à população do concelho.

- Constituir uma rede de equipamentos culturais nos principais núcleos urbanos (Queluz, Agualva-Cacém, Rio de Mouro, Tapada das Mercês, Algueirão-Mem Martins), funcionando em articulação com o Centro Cultural Olga Cadaval.
- Aumentar a Casa de Teatro de Sintra através da reabilitação do Chalet do Torreão.
- Integrar as actividades da Quinta da Regaleira como parte da promoção cultural do concelho, com ampla divulgação deste magnífico espaço.
- Apoiar eventos e divulgar o trabalho artístico das colectividades e associações do concelho, quer rurais, quer as dos núcleos urbanos.
- Apoiar propostas de eventos das associações culturais do concelho e a concretização de projectos em parceria e/ou co-produções emanadas pelo próprio Centro Cultural Olga Cadaval.
- Sensibilizar a população do Concelho para a área artística, promovendo, nomeadamente, eventos em parcerias com as empresas e as juntas de freguesia, para que os seus trabalhadores sejam incentivados à produção artística e à divulgação da mesma, valorizando a multiculturalidade, reflexo dos vários movimentos migratórios, que caracterizam o concelho.
- Assegurar a atribuição de subsídios e a sua regularização conforme calendário ajustado com os agentes culturais concelhios.
- Editar com a devida regularidade guia/programa cultural de Sintra, de forma a espelhar com mais acuidade a diversa produção artística e oferta cultural do concelho.

- Valorizar a etnografia local em todos os seus aspectos.
- Desburocratizar e agilizar o processo de licenças para as actividades culturais.
- Incentivar ou potenciar tertúlias sobre motivos de cultura e valorizar focos de cultura espontânea.
- Criar ateliers e espaços equipados para serem utilizados como salas de ensaios, promovendo a criação artística e apoio ao efectivo desenvolvimento de actividade de diversos agentes culturais como grupos de teatro, bandas de música, dança, entre outros.
- Valorizar os espólios municipais, dando especial atenção ao espólio Dorita Castel-Branco e Museu Anjos Teixeira. Cumprir o protocolo de recepção e tratamento museológico do espólio de Bartolomeu Cid dos Santos.
- Proporcionar iniciativas de leitura nas escolas com a participação dos escritores sintrenses, ou residentes no concelho e promover outros eventos ligados à literatura e aos escritores.
- Desenvolver a rede local de bibliotecas, incutindo-lhes uma inequívoca dinâmica de proximidade com as escolas e demais agentes sociais. Para tal efeito, será de equacionar modelos itinerantes de biblioteca.

2.5 Segurança e Protecção Civil, garantir a resposta necessária

2.5.1 Segurança das populações

A segurança e a tranquilidade, direitos fundamentais dos cidadãos, são inseparáveis do exercício da sua liberdade e a sua garantia constitui uma obrigação do Estado. A CMS não pode ficar indiferente à degradação de meios e à redução de

efectivos e desvalorização das condições laborais das forças de segurança, pelo que deve requerer a assumpção de responsabilidades pelo Poder Central.

A CDU defende um modelo de proximidade das forças de segurança com as populações, devendo-se focar na prevenção do crime, da exclusão social e da marginalidade. O Conselho Municipal de Segurança é uma das pontes essenciais nesta estratégia, devendo contribuir para alargar o conhecimento desta matéria, colocar à discussão e formular soluções de prevenção e combate à criminalidade e à exclusão social.

- Exigir para as esquadras da PSP e postos da GNR existentes os meios humanos e materiais adequados a um combate eficaz à criminalidade violenta e ao necessário policiamento de proximidade.
- Lutar pela construção da esquadra da PSP no Cacém e por postos da GNR em Sintra, Belas e na Abrunheira.
- Exigir o efectivo policiamento da linha de comboio, de forma a garantir maior segurança no período de funcionamento dos transportes.
- Elaborar programas integrados de segurança e tranquilidade públicas para bairros e localidades especialmente vulneráveis, articulados no Conselho Municipal de Segurança
- Desenvolver com as forças de segurança, nomeadamente com o projecto Escola Segura, programas de promoção da segurança nas escolas do concelho de Sintra e nos seus acessos.
- Reformular a iluminação pública do concelho, modernizando-a e beneficiando a população em termos de

segurança e de custos energéticos e ambientais.

2.5.2 Protecção Civil

A prevenção do risco e a mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou a catástrofes implica um dispositivo municipal de protecção civil devidamente organizado e munido de recursos materiais e de pessoas. Face aos riscos a que o concelho de Sintra está exposto, o município deve coordenar uma diversificada força de prevenção e de actuação, assente no Plano Municipal de Emergência da Protecção Civil e no diálogo entre os integrantes da Comissão Municipal da Protecção Civil. A relação com a administração central e os seus organismos deve ser desburocratizada e operativa e há que assegurar o apoio às entidades de protecção civil do concelho.

- Construir uma nova sede para a Protecção Civil de Sintra, em localização central no concelho e dotada de todas as valências técnicas.
- Exigir uma política de apoio às Associações de Bombeiros do concelho, entidades relevantes e insubstituíveis no domínio da prevenção e acção de socorro às populações.
- Requerer do Estado o reforço dos meios de socorro, quer do INEM, quer das Associações de Bombeiros.
- Implementar medidas de auto-protecção em edifícios municipais (incluindo em todos os equipamentos educativos) e promover acções de sensibilização e formação, de molde a minorar os efeitos de um acidente ou catástrofe.
- Estabelecer um plano de exercícios e

simulacros que permitam testar os procedimentos municipais em situações de emergência.

- Cooperar com as escolas, os lares e outras instituições na implementação de programas de prevenção e educação ambiental, planos de emergência e acções de valorização ambiental e de protecção da biodiversidade.

No âmbito do combate a incêndios florestais:

- Executar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio, assegurando os meios previstos e trabalhando na sua adaptação à realidade.
- Coordenar acções de limpeza e gestão florestal, prestações mútuas de serviços e candidaturas a financiamento de intervenções florestais, no âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
- Promover a instalação de reservatórios de água em vários pontos da Serra de Sintra e da Serra da Carregueira, acessíveis a helicóptero ou a viaturas de bombeiros.
- Melhorar os caminhos e os acessos à Serra de Sintra e à Serra da Carregueira.

2.6 Desporto, alargar o acesso e fomentar a competição

Sem deixar de exigir as responsabilidades da administração central, é crucial que o município de Sintra planeie e execute uma política de desporto visando: assegurar o acesso geral da população à prática desportiva e à actividade física regular; atender às etapas de vida de mulheres e homens e integrar os processos de educação, lazer, saúde e sociabilização.

O município tem de possuir uma agenda desportiva para todo o ano, o mais alargada possível tanto em termos de praticantes como de modalidades e não descurar a competição desportiva nem o trabalho meritório desenvolvido pelos clubes, colectividades, escolas e associações do concelho.

Dado o património natural do concelho - as Serras de Sintra e da Carregueira e a orla costeira -, existe todo um potencial de fruição desportiva ao ar livre por aproveitar.

- Discutir e executar de forma participada, com a população e os agentes desportivos, um Plano Estratégico para o Desporto, tendo como objectivo central a prática regular de actividades físicas pelo conjunto da população do concelho.
- Criar e abrir à população os equipamentos lúdicos e desportivos em gritante falta, dinamizando actividade consistente e em articulação com as associações e escolas de Sintra.
- Construir instalações desportivas aptas para receber actividades e competições de alto nível, como pavilhão polidesportivo, piscina olímpica e estádio municipal com campo de futebol relvado e pista de atletismo.
- Construção de um complexo desportivo de âmbito metropolitano na Aqualva, reformulando a estrutura pública aí existente.
- Exercer o direito de preferência sobre as instalações do Progresso Clube, de forma a dar continuidade às actividades desportivas.
- Adequar e gerir rigorosamente os meios materiais, humanos e financeiros ao

parque desportivo municipal e à política a desenvolver.

- Avaliar a aplicação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil e Desportivo, revendo-o à luz do plano municipal a elaborar e tendo em vista o rigor, a transparência e a participação.
- Apoiar os clubes e associações de Sintra envolvidos na prática desportiva federada ou informal, incentivando a sua participação em competições e eventos desportivos.
- Desenvolver o Desporto Escolar, reformulando e alargando os projectos municipais existentes (actividades de ar livre e apoio à natação). Alargar a colaboração das escolas e agrupamentos com clubes e associações desportivas, optimizando o uso dos pavilhões escolares.
- Criar condições e dinamizar actividades de ar livre e exploração na natureza, abertas à população do concelho de Sintra.
- Potencializar o Parque das Merendas no início da rampa da Pena como centro de prática de desportos radicais.
- Promover o desporto adaptado a pessoas portadoras de deficiência.
- Promover a actividade física nas camadas seniores da população.
- Realizar os Jogos Desportivos de Sintra, momento de encontro das modalidades e atletas e de divulgação das actividades e dos clubes.

2.7 Juventude, a transição para a vida adulta

É dever do Estado português garantir protecção a todas as crianças e jovens e

condições para o seu desenvolvimento integral. A desvalorização dos rendimentos das famílias, o desinvestimento nos equipamentos públicos e nas equipas de apoio e protecção social, merecem do município de Sintra uma veemente denúncia e a chamada do Poder Central às suas responsabilidades.

Cabe ao município, todavia, complementar a intervenção neste sector, no âmbito das suas competências. Assim, deve a CMS dinamizar actividades lúdicas, culturais e desportivas dirigidas à juventude sintrense, partindo de um nível local, em conjunto com o movimento associativo, as escolas e as Juntas de Freguesia. As iniciativas têm de partir das aspirações dos jovens, num trabalho continuado de co-responsabilização, ao invés de se limitarem a eventos esporádicos. A promoção do associativismo deve, por isso, estar presente, assim como a participação juvenil, quer na administração democrática do município, quer na intervenção nas comunidades.

Este trabalho exige meios e formas próprias de intervenção, em constante articulação com as actividades municipais. A comunicação com a juventude e o potencial das tecnologias de informação serão uma aposta da CDU.

- Criar um Gabinete da Juventude para apoiar no emprego e no arrendamento jovem, prevenir o abandono escolar, divulgar as expressões criativas e fomentar a participação juvenil.
- Implementar um Centro Municipal da Juventude na Quinta da Ribafria, com valências na área de Educação

Ambiental, Turismo da Natureza, Educação Musical e Desporto, entre outras.

- Dinamizar as Casas da Juventude e Espaços Jovens do concelho.
- Instalar unidades semelhantes nas cidades de Aqualva-Cacém e de Queluz e nas vilas de Rio de Mouro/Rinchoa e Algueirão-Mem Martins.
- Criar um Centro de Criatividade Jovem que disponibilize espaços e meios de concepção e divulgação de trabalhos nas diferentes artes (música, expressão plástica, arte urbana...). Trata-se de criar uma nova centralidade urbana, democratizar o acesso à cultura e desenvolver a interculturalidade.
- Apoiar o associativismo juvenil no concelho, analisando a aplicação e revendo o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil, de forma a tornar o processo mais simples e participado.
- Incentivar a participação juvenil na política municipal deste sector, através do Conselho Municipal da Juventude. Este órgão consultivo deve ser publicitado e reunir de forma descentralizada e aberta à participação do maior número de jovens.
- Educar para os valores da paz e da solidariedade entre os povos, envolvendo a comunidade escolar de Sintra na adesão do município ao Movimento Municípios pela Paz.
- No âmbito da revitalização do Centro de Ciência Vida, estabelecer protocolos com os agrupamentos escolares para implementar actividades itinerantes.
- Proporcionar informação e acções de formação sobre trabalho com direitos,

direitos e deveres sociais e participação na vida democrática, envolvendo o movimento sindical unitário e os serviços jurídicos municipais.

- Promover o arrendamento jovem.
- Estabelecer pontes entre as escolas e as empresas do concelho, tendo em vista melhorar a inserção no mercado de trabalho.
- Apoiar o estabelecimento de jovens agricultores em Sintra.
- Promover o Mês da Juventude, iniciativa municipal participada e distribuída por diversos locais e eventos, tendo por objectivo a divulgação da oferta municipal ao dispor da juventude.
- Dinamizar o Portal da Juventude, forma de comunicação participada das políticas e iniciativas municipais dirigidas à juventude sintrense.

2.8 Envelhecer com dignidade e assistência

É indispensável uma estratégia municipal para os escalões etários mais idosos, atenta às suas vulnerabilidades e aspirações, tendo como objectivo uma qualidade de vida digna.

Tal exige uma política nacional de valorização das reformas e pensões, base da autonomia económica e social sénior. Cabe ainda ao município de Sintra reivindicar activamente junto da administração central as infra-estruturas indispensáveis ao provimento de serviços públicos de assistência e de cuidados de saúde.

Comprometemo-nos, por isso, a apoiar o associativismo sénior, onde pontificam as associações de reformados, pensionistas e

idosos, ou a desenvolver as universidades séniores, pólos de dinamização cultural e social em crescente destaque. Exigiremos ainda do Poder Central os serviços públicos de segurança social dirigidos à 3ª idade e apoiaremos as instituições privadas de solidariedade social (IPSS), com reconhecido trabalho no concelho, através de protocolos municipais neste sector.

- Construir de raiz uma universidade sénior com dimensão adequada ao concelho de Sintra.
- Apoiar a criação de uma rede de assistência à 3ª idade, em conjunto com associações do concelho e exigindo a assunção das responsabilidades do Estado.
- Garantir a plena igualdade de acesso aos serviços de assistência e cuidado de idosos, independentemente dos rendimentos auferidos.
- Em conjunto com o Conselho Local de Acção Social, as Juntas de Freguesia e as forças de segurança deverão recensar as situações de pobreza, exclusão e isolamento dos idosos em Sintra, tendo em vista a prevenção de riscos e a priorização de acções. Este contacto com o terreno, num esforço de proximidade, tem de se manter permanentemente actualizado.
- Implementar com as forças de segurança e outras instituições locais programas de apoio aos idosos em situação de isolamento nas zonas rurais de Sintra.
- Criar um programa municipal de pequenas obras e arranjos, descentralizado nas Juntas de Freguesia, aos idosos que delas necessitem.

- Articular com o comércio local a entrega de compras ao domicílio aos idosos que necessitem.
- Defender o direito à mobilidade e ao transporte público dos idosos, quer exigindo descontos nos transportes públicos do concelho, quer assegurando meios de transporte ocasionais.
- Desenvolver e ampliar as Universidades Sénior do concelho, organizando-as em rede e favorecendo a sua interação com agrupamentos de escolas, universidades e outras instituições.
- Democratizar o acesso aos museus e ao património cultural e natural de Sintra. Promover de forma inclusiva actividades de turismo sénior para os municípios.
- Criar e manter infra-estruturas adequadas ao desporto sénior, como são os equipamentos de exercício ao ar livre, os percursos pedonais ou as piscinas municipais.
- Dinamizar o intercâmbio geracional, nomeadamente com as escolas do concelho.
- Apoiar os Centros de Dia na dinamização de actividades desportivas, culturais e de lazer para os seus utentes.

2.9 Imigrantes, uma força viva do concelho

O concelho de Sintra é o segundo do país em número de residentes de nacionalidade estrangeira do país, o que atesta a importância de uma política dedicada a estas populações. Necessidade que se reforça num quadro em que o racismo e a xenofobia grassam, num clima de medo que forças reacçãoárias desejam aproveitar.

Assim, o município deve estabelecer-se

como ponto de contacto franco para as populações imigrantes, facilitando a sua integração na sociedade de acolhimento, auxiliando com as burocracias e desbloqueando o acesso aos serviços públicos e à protecção social, em igualdade com os restantes trabalhadores. Esta ponte estende-se também aos descendentes de imigrantes, velando pelos seus percursos escolares e pela sua inserção profissional.

A promoção da diversidade é outro eixo fundamental para a CDU, beneficiando quer a integração activa dos imigrantes, quer o desenvolvimento social e económico do concelho. A interculturalidade, enquanto prática política transposta para o espaço público, gera comprovadamente riqueza económica e coesão social.

A adopção desta política de intercâmbio em Sintra exigirá parcerias com as entidades que lidam com comunidades imigrantes e, muito especialmente, com o seu movimento associativo, verdadeiros interlocutores dos desejos e das dificuldades sentidas pelos imigrantes residentes no concelho.

- Acompanhar as situações de grupos de migrantes que se fixam no nosso concelho, apoiando nas respostas adequadas às suas necessidades.
- Actualizar o Plano Concelhio para a Integração de Imigrantes em Sintra, com base na execução do anterior e de forma a lançar um novo ciclo de candidaturas e de parcerias.
- Reforçar o funcionamento dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, adequando a sua estrutura às necessidades do concelho e incluindo as

áreas de habitação, procura de emprego, saúde, educação para a cidadania, apoio jurídico à legalização e demais formas de integração.

- Celebrar protocolos de cooperação com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e com os concelhos limítrofes, a fim de concertar acções para que exista coerência e eficácia na intervenção.
- Promover, em articulação com as escolas e agrupamentos, aulas de Português para os habitantes cuja língua materna não é o Português.
- Promover a interculturalidade como forma de dinamização social e económica do concelho de Sintra.
- Combater as redes de tráfico de seres humanos através de campanhas de informação, colaboração com as autoridades na identificação de potenciais situações e auxiliando as vítimas em conjunto com as entidades competentes.
- A CDU defende que a Câmara Municipal de Sintra deve contribuir financeiramente para a construção do Centro Comunitário da Comunidade Islâmica na Tapada das Mercês e estabelecer parcerias nas áreas sociais e educativas que actualmente lá são prestadas.
- Rever o Plano para o Acolhimento e a Integração de Refugiados, de forma a implementar uma política que activamente contribua para a sua integração.

2.10 Diversidade social, respeitar a diferença, fomentar a inclusão

As desigualdades e discriminações na nossa sociedade são de múltipla ordem e

comumente intensificadas pelo contexto de classe social. Questões como os direitos das mulheres, a violência de género, a discriminação de deficientes e de etnias ou a intolerância religiosa têm de integrar as preocupações do município de Sintra.

Assim, o respeito pelos indivíduos, as suas condições e as suas opções, deve ser transversal à actuação da Câmara Municipal e dos seus serviços. No âmbito das competências da autarquia, Sintra tem de ser pró-activa a desenhar soluções, articular os agentes e as entidades competentes, sensibilizar as populações e contribuir para a protecção das vítimas.

- Rever o Plano Municipal para a Igualdade, Cidadania e Promoção da Dignidade Humana, com a colaboração dos agentes e, em particular, da Rede Social.
- Combater a violência doméstica e de género, consolidando a acção dos serviços municipais com a das Juntas de Freguesias e das organizações sociais protocoladas.
- Defender os direitos das mulheres, nomeadamente a sua participação em igualdade no trabalho com direitos e no planeamento familiar.
- Apoiar as escolas do concelho de forma a acompanhar os alunos com Necessidades de Saúde Especiais (NSE).
- Apoiar as instituições do concelho especializadas no auxílio e inclusão dos cidadãos portadores de deficiência, em particular através da formação, da inserção profissional, da prática desportiva adaptada e da expressão cultural, com o objectivo de promover

uma vida autónoma, independente e digna.

- Promover, em articulação com os serviços camarários e as Juntas de Freguesia, o levantamento sistemático das barreiras arquitectónicas existentes nos edifícios e espaços públicos, visando eliminá-las.
- Desenvolver a adaptação da informação municipal para cidadãos amblíopes, cegos e surdos.
- Promover, no âmbito cultural, a diversidade de expressões das populações residentes no concelho de Sintra, fomentando a inclusão.

2.11 O bem-estar animal, imperativo ético e sanitário

O município de Sintra, no âmbito das suas competências, deve promover o bem-estar animal e preservar a saúde pública. Consciencializando a população para as obrigações legais e regulamentares respeitantes ao bem-estar animal e, em particular, aos animais de companhia, deve a CMS reforçar os meios do Gabinete Médico Veterinário. É preciso valorizar este organismo camarário, tanto pelo valor que aporta a actividades económicas que lidam com animais, como pela importância do Canil Municipal na execução de políticas nesta área.

- Aumentar e modernizar as instalações do Canil/ Gatil Municipal de Sintra.
- Rever o Regulamento de Animais do Município de Sintra, actualizando-o às mudanças legislativas e à realidade do concelho.
- Sensibilizar a população de Sintra para a protecção do bem-estar animal, divulgando deveres e direitos de quem

tutela animais. É necessário prevenir situações de abandono, maltrato e acumulação.

- Com as escolas do concelho desenvolver iniciativas pedagógicas acerca do bem-estar animal e dos cuidados de saúde pública.
- Criar campanhas de sensibilização para comportamentos que defendem a saúde pública (recolha de dejectos caninos, proibição de alimentação de pombos...).
- Promover campanhas de vacinação, desparasitação, esterilização e colocação de microchip em animais de companhia.
- Reforçar a estratégia de Captura, Esterilização e Devolução (CED) de animais errantes, para controlo de colónias e defesa da higiene pública.
- Assegurar ao Gabinete Médico Veterinário os meios necessários para velar pelas condições higio-sanitárias e pelo controlo da população animal, em razão do importante serviço público que presta.
- Promover a adopção responsável de animais do Canil/Gatil Municipal, de forma a evitar a sua sobrelotação.
- Colaborar com as associações zoófilas do concelho nas iniciativas de protecção e promoção do bem-estar animal.
- Promover o estudo dos animais selvagens do património natural de Sintra, em conjunto com associações zoófilas, escolas e agrupamentos do concelho e instituições universitárias.
- Acompanhar e apoiar o registo e licenciamento de cães e gatos pelas Juntas de Freguesia.
- Colaborar com a GNR/SEPNA na prevenção e investigação da criminalidade praticada contra animais.

3 SINTRA, UM TERRITÓRIO QUALIFICADO

A CDU considera que o território da área do município, não obstante a sua real qualidade e as suas inequívocas potencialidades, se encontra desqualificado por um conjunto de intervenções especulativas, operadas quer sobre o solo rústico quer sobre o solo urbano. Sendo o solo um bem finito e imprescindível, urge recuperar o degradado, qualificar o que é necessário manter e impedir novas acções que tendam quer à degradação quer à descaracterização.

3.1 Ordenamento do Território, o que falta fazer

O Plano Director Municipal (PDM) que entrou em vigor em Março de 2020, apesar de reconhecer o desastre urbanístico que foi o PDM de 1999, apresenta lacunas, omissões e opções que levaram a CDU a votar contra. A CDU compromete-se, quando o prazo legal de dois anos expirar, a iniciar um processo de revisão do PDM sob as seguintes linhas:

- Retirar a carga especulativa que ainda existe em algumas áreas do concelho (ex.: cidade da SONAE e área tampão do Património Mundial, etc);
- Definir novas funcionalidades para as estas áreas antes destinadas a habitação e agora expectantes;
- Favorecer a constituição de contínuos urbanos qualificados em equipamentos, áreas verdes, acessibilidades e infraestruturas.

3.2 Cidades, a necessária qualificação

Não existem Planos de Urbanização (PU) para nenhum dos grandes núcleos urbanos. Apenas a vila de Sintra possui PU. Estes são planos essenciais para aquilo a que

poderemos chamar “construir a cidade”, assente sobre uma carta (dotação) de equipamentos.

É hoje vergonhoso, para o município, comparar as cidades de Agualva-Cacém, de Queluz, o contínuo urbano de Rio de Mouro-Mercês-Algueirão e Mem Martins com cidades da rede urbana nacional de igual dimensão. A carência de equipamentos essenciais ao desenvolvimento da participação das populações nas mais variadas áreas da vida colectiva é, aqui, chocante. O mesmo se passa com a falta de zonas verdes e de redes de acessibilidade intra e inter núcleos urbanos. O afirmado para estes grandes núcleos é válido, com a natural adequação de escala, a vilas como Belas ou Casal de Cambra.

- Elaborar os PU para os grandes núcleos urbanos e promover, de forma financeiramente sustentável e discutida com as populações, a criação das redes de equipamentos em falta.
- Concretizar uma rede de estrutura verde, desde o nível de proximidade até ao dos grandes parques urbanos.
- Criar Planos de Requalificação Urbana, com iniciativa e obra municipal, para todas as áreas urbanas do concelho com projetos amplamente discutidos com a população e os agentes sociais, culturais e económicos presentes no território.
- Aumentar financeiramente os programas de incentivo à reabilitação urbana.

3.3 Sintra, reganhar a requalificação e garantir a sustentabilidade

A vila de Sintra oferece inegáveis condições

para a actividade turística. Do ponto de vista do território e da urbe, a CDU é depositária de um notável trabalho, quer impedindo crimes urbanísticos que PS, PSD e CDS pretenderam levar a cabo, quer trabalhando no melhor programa de recuperação do do património que já existiu no município.

A CDU compromete-se a concretizar a revisão do Plano de Urbanização de Sintra, mantendo as suas características de plano de salvaguarda, mas dando-lhe também condições de expansão de baixa densidade e criteriosa sustentabilidade ambiental nas zonas periféricas.

A CDU compromete-se, igualmente, a concretizar e a trabalhar num conjunto de regulamentação de modo a permitir que o aumento da procura turística não se faça à custa da permanência e da qualidade de vida dos residentes, criando em consonância as acessibilidades, os sistemas de transporte e os parqueamentos necessários.

3.4 Zonas turísticas e espaço rural, ganhar nova e qualificada dimensão

O espaço rural ocupa importantes áreas do município e tem importância em termos ambientais e económicos quer para Sintra quer para a Área Metropolitana de Lisboa.

Do ponto de vista do território é necessário criar - e a CDU compromete-se a fazê-lo - uma rede de povoações, funcionando em regime de complementaridade de funções, que dêem às vilas e aldeias da zona rural os equipamentos, as infraestruturas e a mobilidade que lhes faltam, quer em função das populações, quer em função das actividades económicas, predominantemente pequenas

e médias empresas existentes.

- Elaborar planos (PU ou PP) para a orla costeira que possibilitem o desenvolvimento do turismo e a fruição das praias, no respeito pela capacidade dos agregados urbanos, nos casos em que estes sustentam as acessibilidades, infraestruturas e redes de equipamentos que servem as praias.
- Elaborar planos (PU ou PP) destinados a garantir o crescimento das vilas e aldeias através do recurso, se necessário por promoção municipal, aos grandes espaços intersticiais existentes.
- Elaborar planos de salvaguarda das edificações e da estrutura tradicional das aldeias.

3.5 Património e paisagem natural, cuidar do essencial

É conhecida a falta de investimento e o empobrecimento aos mais diversos níveis da estrutura do Parque Natural Sintra Cascais (PNSC). São patentes as derivas ambientais que daí resultam. A CDU tem, de forma aberta e em conjunto com diversas associações de defesa do ambiente e da população, denunciado esta situação e lutado para a sua resolução.

A CDU compromete-se a colocar na ordem do dia da reivindicação política a exigência de que o Governo dote o PNSC dos meios técnicos e dos trabalhadores necessários. A CDU opor-se-á a qualquer tentativa de transferência da gestão do Parque para os municípios de Sintra e Cascais.

- Exigir os meios técnicos e os trabalhadores necessários ao funcionamento do

Parque Natural de Sintra-Cascais, rejeitando a sua municipalização.

- Redesenhar uma estratégia para a circulação e mobilidade na Serra de Sintra e Centro Histórico de Sintra.

Na área do município, a paisagem natural é muito mais do que o PNSC. A CDU promoverá acções de salvaguarda do tecido rural e florestal na ligação das serras de Sintra e Carregueira. Promoverá igualmente acções que, fomentando a utilização agrícola, garantam a permanência da paisagem rural. A articulação dos espaços rurais e urbanos será ainda cuidada, conseguimos com a proposta do Eixo Verde e Azul, que urge concretizar.

No que se refere às áreas de exploração de inertes, a CDU procurará proceder à recuperação ambiental daquelas que se encontram esgotadas.

- oSalvaguardar a paisagem natural do concelho, em particular na ligação entre as Serras de Sintra e da Carregueira.
- Execução do direito de preferência da Quinta do Senhor da Serra (Belas) que se encontra actualmente em processo de venda.
- Proceder à recuperação ambiental das áreas de exploração de inertes já esgotadas.
- Fiscalização intensiva com o objectivo de impedir a deposição ilegal de resíduos, nomeadamente resíduos contaminados.

3.6 Planeamento e gestão do território abertos à participação

A participação popular sobressai naturalmente de todos os subcapítulos

anteriores. É, no entanto, importante deixar claro: a CDU compromete-se a que todas as acções de planeamento urbano e, de modo mais geral, sobre o solo sejam alvo de processos de consulta e participação das populações e dos sectores a que elas digam respeito.

A CDU compromete-se a promover, durante o primeiro ano de mandato, um fórum descentralizado para discussão dos grandes problemas ligados ao ordenamento do território e ao ambiente, nas suas interações com a vida das comunidades e o desenvolvimento local. O mesmo fórum determinará as formas de monitorização a desenvolver.

- Assegurar a participação popular no planeamento e gestão do território.
- Criar um fórum municipal de ordenamento do território e do ambiente.

3.7 Ambiente, as áreas chave

A CDU tem como estratégia criar o sistema de Gestão Ambiental do Território, com vista à sua certificação no estreito cumprimento da legislação. Por outro lado, tencionamos ainda reanimar o Conselho Municipal do Ambiente enquanto fórum de discussão e divulgação dos problemas/soluções ambientais do concelho. Por fim, é essencial que o município, com a participação necessária, crie e implemente uma estratégia energética municipal, identificando potencialidades e vulnerabilidades na área do concelho, assim como acções que contribuam para a melhoria da utilização de energia em Sintra.

- Garantir a proibição do uso do glifosato nos espaços públicos e promover campanhas de sensibilização para a

importância das ervas espontâneas e das plantas silvestres na preservação da biodiversidade e na sustentabilidade dos ecossistemas, quer no meio rural, quer no meio urbano.

- Evitar o uso de outros produtos químicos ou biológicos na deservagem, pelo impacto que têm noutros seres vivos, nomeadamente nas abelhas. Fomentar a tolerância e a empatia com as ervas espontâneas.
- Reforçar os meios técnicos e humanos da proteção civil para um combate mais rápido e eficaz à vespa asiática, problema que se tem agravado nos últimos anos e onde a resposta não tem tido a eficácia desejada, com implicações ambientais dramáticas e também económicas, com a perda de muitas colmeias por parte dos apicultores da região.
- Avaliar a instalação de painéis fotovoltaicos, em regime de autoconsumo, nos telhados e coberturas dos edifícios municipais/públicos, com o objetivo de reduzir os custos de energia e a pegada de carbono nestes serviços.
- Desenvolver ações de sensibilização sobre eficiência energética e utilização racional dos recursos ambientais, em escolas e coletividades.
- Fomentar o conceito de comunidade de energia e partilha de excedentes, incluindo sempre que possível os edifícios da própria autarquia.

3.7.1 Água e Saneamento

A água é um bem essencial mas escasso, sendo cada vez mais necessária a sua utilização de modo racional. A CDU defenderá, intransigentemente, a gestão pública da água e impedirá por todos os meios ao seu

alcance que esta seja tratada como uma mercadoria.

- Continuar a campanha de sensibilização para a importância da poupança de água, combatendo os desperdícios;
- Assegurar o fornecimento de água a todas as habitações.
- Melhorar a Qualidade do Serviço de Abastecimento de Água.
- Continuar o combate às perdas de água, iniciado em 2002 nos SMAS. Esta acção prosseguirá até à completa normalização com a concretização do Plano de Redução das Perdas de Água.
- Renovar as redes de abastecimento de Água.
- Elaborar o plano para a utilização racional da água nas diversas actividades da responsabilidade da Câmara Municipal, como por exemplo, a rega de espaços verdes, potenciando a utilização de furos e das águas tratadas nas ETAR.
- Garantir a extensão das redes de esgotos domésticos à totalidade do concelho.
- Concretizar a intervenção nas zonas históricas para alteração dos sistemas das redes de esgotos domésticos.
- Realizar o levantamento e estudo da rede de esgotos pluviais de forma a separar, definitivamente, as redes de esgotos domésticos e pluviais.
- Avançar, juntamente com a empresa pública Águas do Tejo Atlântico, com um programa de reabilitação das ribeiras com vista à sua recuperação para espaços de fruição pública, desenvolvendo o programa ValorRio.

3.7.2 Resíduos sólidos e limpeza urbana

A CDU defende a manutenção da Recolha de

Resíduos Sólidos Urbanos nos SMAS de Sintra. Esta é a única forma de garantir a qualidade do serviço à população e os direitos dos trabalhadores que o asseguram. Relativamente à limpeza urbana, é determinante que se garanta a total municipalização das operações ainda entregues a privados.

- Contratar mais trabalhadores e equipamentos para reforçar o serviço público actualmente prestado.
- Ampliar a rede de ecopontos, de forma a maximizar a quantidade de resíduos recolhidos selectivamente e reduzir a quantidade enviada para aterro.
- Promover a recolha selectiva porta-a-porta de fracções recicláveis em grandes produtores.
- Avançar progressivamente para a colocação de contentores enterrados e semi-enterrados em vastas áreas do concelho.
- Implementar a recolha selectiva de resíduos orgânicos, em linha com a estratégia de valorização de bio-resíduos.
- Criar uma rede de ecocentros.
- Criar uma plataforma de processamento para os resíduos de construção e construir um parque de recepção, preparação e valorização destes materiais.
- Introduzir medidas de melhoria do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais, bem como a recolha selectiva de resíduos, aumentando e reforçando os pontos de recolha.
- Combater a deposição ilegal de sucatas, entulhos e outros resíduos,

nomeadamente com acções de sensibilização e fiscalização.

- Melhorar limpeza urbana através da contratação de todos os trabalhadores e equipamentos necessários à total municipalização.
- A implementação de um conjunto de acções que visem a sensibilização da população para o problema dos dejectos caninos na via pública.

3.8 Habitação, direito constitucional a garantir

Sendo certo que o imperativo constitucional à habitação exige a mobilização de políticas, recursos e meios que ultrapassam as competências municipais, o município não pode, dentro das suas competências, deixar, como tem acontecido nos últimos mandatos, de procurar dar resposta ao problema da habitação.

- Desenvolver, em ligação com a administração central, políticas de realojamento, de apoio ao arrendamento em geral e ao arrendamento jovem, de construção a custos controlados para arrendamento com renda condicionada ou acessível.
- Criar e definir programas específicos nas áreas de reabilitação urbana de iniciativa municipal, para apoio à reabilitação de imóveis destinados ao arrendamento.
- Apoiar a reabilitação de imóveis destinados à habitação e ao arrendamento, criando, dentro das possibilidades existentes na lei, situações de especial benefício fiscal (IMI, IMT e taxas municipais).
- Utilizar os fundos disponíveis do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a

construção/ aquisição de mais de 2500 fogos a integrar no Programa de Arrendamento Acessível (PAA) e no 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, num prazo de 6 anos.

3.9 Mobilidade e transportes, direitos a garantir

A área do município é servida por um conjunto de vias com perfil de autoestrada. Destas, em claro desrespeito pelo direito à mobilidade em área metropolitana, há algumas sujeitas ao pagamento de portagem (A9-CREL e A16). A CDU propõe-se continuar a lutar para a eliminação dessas portagens e, obviamente, para que não sejam instaladas portagens no IC19.

A estrutura rodoviária, nacional e municipal, carece de melhorias, em especial nas ligações entre grandes núcleos urbanos. A este nível, a CDU compromete-se a lutar pela construção de vias estruturantes fundamentais como as circulares nascente e poente de Agualva-Cacém e a circular de Ouessas.

Em termos ferroviários, a área do município é servida pela linha de Sintra e pela linha do Oeste. Quanto à linha de Sintra, ressalta a urgente necessidade de uma nova estação, com localização de espaço intermodal, servindo Algueirão-Mem Martins. Quanto à linha do Oeste, em acentuada situação de degradação, é urgente a sua reabilitação e electrificação. A CDU propõe-se lutar para que estas intervenções sejam levadas a cabo. A CDU propõe-se ainda estudar a possibilidade de, nos limites da área do município, ser construído na linha do Oeste um espaço intermodal de mercadorias. A

CDU será intransigente na defesa do serviço ferroviário como serviço público, de capitais públicos e gerido por empresa pública.

A implementação de modos suaves de mobilidade no concelho será também alvo da atenção da CDU, com a defesa da introdução de ciclovias ligando os principais núcleos urbanos e o território rural.

Quanto ao transporte público, a CDU faz ponto de honra pela manutenção do passe social intermodal, uma importante conquista dos utentes que não se pode perder.

- Garantir a construção de circulares nos principais núcleos urbanos, com destaque para a Circular Nascente e Poente de Agualva-Cacém e a Circular de Ouessas, e criando uma verdadeira rede viária de cidade.
- Garantir a exigência de mais carreiras para servir mais localidades, o alargamento de horários, a intensificação da frequência das carreiras e bilhetes acessíveis.
- Acabar com o estacionamento pago em torno das estações de comboio.
- Assegurar que o IC19 não será portajado e reivindicar o fim das portagens no IC16/A16.
- Criar uma rede ciclável e pedonal na zona litoral e rural de Sintra.
- Criar um sistema em rede de mobilidade suave, ligando as principais zonas urbanas entre si e ao litoral.
- Exigir a aquisição pela CP de mais comboios para a linha de Sintra, assim como a melhoria das condições das estações existentes.
- Exigir a construção de uma nova estação da CP em Algueirão Mem Martins.
- Exigir a reformulação da estação da CP

na Portela de Sintra.

- Exigir a construção do Terminal Ferroviário da Pedra Furada.

4 SINTRA COM DESENVOLVIMENTO E EMPREGO

A CDU propõe uma política activa de desenvolvimento económico, ajustada às potencialidades do concelho e no quadro de desenvolvimento policêntrico da Área Metropolitana de Lisboa.

Apoiar as empresas e actividades geradoras de emprego qualificado e contribuir para o desenvolvimento económico do concelho são os objectivos a atingir nesta área.

4.1 Actividades económicas, apoiar e promover a sua fixação

O desenvolvimento de novas actividades económicas em Sintra é essencial para a qualidade de vida do concelho, a diversificação dos usos do território e uma maior proximidade entre a produção e a distribuição de bens e serviços.

A CDU apoiará a instalação de actividades emergentes, sem ignorar sectores tradicionais e tendo em conta aspectos como a qualidade do emprego e a criação de pólos de desenvolvimento tecnológico.

- Desenvolver polos industriais dedicados às indústrias de elevada tecnologia e de Investigação e Desenvolvimento (I&D).
- Promover a criação e/ou qualificação de Zonas Empresariais Responsáveis/zonas industriais com capacidade de atracção de empresas de elevado valor acrescentado e geradoras de emprego qualificado.

- Apoiar a instalação de pólos destinados a PMEs, com gestão integrada de serviços comuns, que dê resposta às necessidades das empresas e dos seus trabalhadores.
- Promover parcerias para a criação na Zona Norte do Concelho de uma área de desenvolvimento económico.
- Criação na antiga fábrica Pardal Monteiro de um centro de investigação ligada à indústria da pedra, com investimento da Câmara Municipal e do Governo.
- Apoiar o comércio tradicional, através da criação de programas de urbanismo comercial e de reabilitação de zonas comerciais.
- Apoiar as indústrias de transformação de rochas ornamentais, potenciando a capacidade produtiva instalada e procurando, aquando da requalificação da Linha do Oeste, criar o Centro Logístico da Pedra Furada.
- Reconverter, recuperar e dinamizar os mercados municipais como elemento de abastecimento de proximidade às populações, acrescentando novas valências.
- Apoiar actividades incentivadoras da eficiência energética e de actividades económicas respeitadoras do Ambiente.
- Inserido no apoio à fixação de empresas no concelho, criar um núcleo de atracção de negócios inovadores de pequena dimensão e, em particular, de forte componente tecnológica, cuidando da ligação com a academia.
- Procurar garantir serviços de proximidade aos cidadãos, nas áreas que extrapolam as áreas de competência do município.

- Apoiar a criação de empresas vocacionadas para a prestação de serviços de proximidade, nomeadamente serviços domésticos, pequenas reparações, pequeno abastecimento.

4.2 Empresas, contribuir para a sua constituição e qualificação

Fomentar parcerias com o sector privado e com a oferta formativa profissional serão prioridades da acção da CDU neste campo.

o Consolidar e alargar a actividade municipal de apoio à constituição de empresas, nomeadamente às micro, pequenas e médias empresas. Criar para o efeito um balcão municipal para as empresas.

o Realizar protocolos e parcerias com o sector empresarial e associações do concelho, com vista à criação de programas de formação profissional.

o Apoiar a criação de novas ofertas de ensino profissional, especialmente vocacionadas para dar resposta às necessidades das empresas e da economia local.

o Alargar a oferta da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, interligando-a com a realidade económica do concelho.

o Apoiar uma política activa de estágios profissionais nas empresas de Sintra, como forma de incentivo à criação de oportunidades para os jovens e para as empresas.

4.3 Divulgação da actividade económica

A câmara municipal necessita de uma estratégia consistente de divulgação das actividades económicas do concelho. Há que estabelecer pontes com os agentes

económicos e investir em infra-estrutura para o efeito.

- Promover, em parceria com Empresas e Associações Empresariais, Mostras e Feiras de divulgação da Actividade Económica de Sintra.
- Criação no concelho de Sintra de um Complexo Multiusos de referência, com capacidade de receber estes eventos, assim como outros de carácter cultural e lúdico.

4.4 As actividades agrícolas, apoiar e promover

O sector primário, em particular as actividades agrícolas, são não só relevantes na estrutura económica do concelho de Sintra, como são uma referência na nossa identidade. Há, portanto, caminho a percorrer para desenvolver a produção local e garantir o seu escoamento, para um melhor aproveitamento das potencialidades do concelho. A dinamização da produção agrícola em Sintra contribuirá também para superar a dicotomia entre os espaços rurais e urbanos, tornando mais sustentável e integrado o território do município.

- Dinamizar políticas de apoio à agricultura nas zonas rurais do concelho, com a promoção dos produtos locais e divulgação dessas zonas como pólos de desenvolvimento agro-turístico, em especial as zonas hortícolas de Almargem do Bispo e Assafora, as zonas vinícolas de S. Martinho e Colares (Chão de Areia), e S. João das Lampas e Terrugem (Chão Rijo) e as zonas de quintas de Rio de Mouro.
- Promover o desenvolvimento da Horticultura na zona Norte do nosso

Concelho, apoiando iniciativas empresariais que visem a criação de mais valor na produção tradicional, como a actividade de transformação desses produtos.

- Apoio à actividade da vitivinicultura na zona de Colares, sendo parceiro dos produtores no combate à progressiva redução da sua importância e risco de se tornar uma actividade meramente residual.
- Financiar a recuperação das instalações da Adega Regional de Colares.
- Apoio aos pequenos produtores no seu esforço de manutenção e desenvolvimento da sua actividade e no esforço de distribuição dos seus produtos. Retomar o processo de criação de uma marca de qualidade, diferenciadora dos produtos de Sintra.
- Apoiar a agricultura familiar, com ligação aos mercados municipais.
- Promover uma iniciativa anual de Mostra e Debate sobre os desafios do sector agrícola em Sintra.
- Participar activamente na Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S), mobilizando-a para o apoio às actividades agrícolas.
- Avaliar e revigorar o Programa de Hortas Urbanas.

4.5 Turismo, crescer respeitando os direitos da população local

A CDU propõe uma lógica sustentável para o turismo, cuidadora do património histórico e natural e assente num urbanismo participado e que impeça a exaustão de Sintra. A CDU defende o alargamento da fruição do património à população em geral, em vez de o reservar a uma elite ou a

visitantes ocasionais, valorizando a identidade do concelho e promovendo a actividade turística local.

Um aspecto preocupante nesta actividade económica trata-se do alastramento da precariedade laboral e dos baixos salários. A CDU apoiará as actividades económicas geradoras de emprego qualificado, o que, no sector do turismo, corresponde às únicas também capazes de gerar riqueza cultural para todos.

- Dinamizar a oferta qualificada de turismo cultural e de lazer, baseada na paisagem, ambiente, património histórico e cultural, museologia, eventos culturais e desportivos, restauração genuína e hotelaria em espaço rural.
- Apoiar a criação de Rotas Temáticas que promovam Sintra de forma mais adequada. Como exemplo, há que desenvolver e afirmar a Rota de Vinhos de Colares, nomeadamente junto dos operadores turísticos.
- Alargar a oferta de Roteiros Turísticos que suscitem a actividade turística durante todo o ano, fomentando o combate à sua sazonalidade e permitindo o seu desenvolvimento, por um período mais alargado de tempo, sem ser somente durante o período da Páscoa e Verão.
- Fomentar programas turísticos que incentivem a permanência do turista em Sintra e não somente por um dia (excursionista), ou por um fim-de-semana.
- Apoiar o desenvolvimento da rede de oferta de camas em unidades de pequena dimensão, quer através do

turismo rural, quer através do turismo de habitação de forma a permitir estadias mais longas.

- Elaborar plano e executar obras de parqueamento e circulação no Centro Histórico de Sintra.
 - Apoiar o desenvolvimento da oferta turística pela solução de problemas que se arrastam há anos, como o do transporte, circulação e estacionamento no Centro Histórico de Sintra.
 - Agilizar os processos de instalação de pequenas unidades hoteleiras que tenham como preocupação a recuperação do património e a preservação da natureza.
 - Apoiar acções de turismo de negócios, aproveitando para desenvolver e divulgar actividades relacionadas com o turismo da natureza e o património mundial cultural.
 - Apostar em trabalhadores qualificados, fomentando parcerias com Escolas de Formação Turística, nomeadamente para Postos de Informação Turística ou Informações em Museus.
 - Criar incentivo financeiro à população local para a estruturação de uma oferta turística em harmonia com os requisitos ambientais, visando a protecção e valorização do Património Cultural, Arquitectónico e Natural do concelho.
- Resolver os problemas ambientais das praias do Concelho para garantir a bandeira azul todos os anos.
 - Reabilitar o Parque de Campismo da Praia Grande, através da aquisição do espaço para o domínio municipal, como forma alternativa de alojamento para todos os gostos e possibilidades económicas.
 - Criar miradouros por todo o concelho de forma a permitir à população o usufruto das magníficas vistas.
 - Alargar a linha do Eléctrico de Sintra desde a Estação de Sintra à Praia das Maças.
 - Dinamizar percursos da natureza em toda a zona costeira e nas serras de Sintra e da Carregueira.
 - Complementar percursos culturais, devidamente divulgados, em todo o concelho.
 - Desenvolver actividades culturais como, por exemplo, as noites no Museu de Odrinhas e alargá-las para outros museus e monumentos.
 - Alargar a oferta de espectáculos e eventos culturais, colocando Sintra como ponto de referência no cenário cultural nacional.

força de abril
A CONSTRUIR O FUTURO